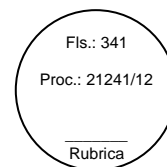




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº 193/2015 – Diacomp1/Secretaria de Acompanhamento.

Brasília (DF), 9 de novembro de 2015.

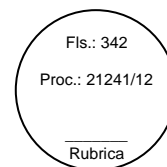
Processo n.º: 21.241/2012 (2 volumes e 18 anexos).
Jurisdicionada: Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável
Assunto: Exame de edital de Parceria Público-Privada – PPP.
Montante: R\$ 11.709.690.000,00 (onze bilhões, setecentos e nove milhões, seiscentos e noventa mil reais), conforme item 6 da minuta de edital (fls. 41 do Anexo XIII).
Ementa: PPP do Tratamento de Resíduos Sólidos. Decisão nº 2.345/2014. Determinações e recomendações. Manifestação da SEG. Atendimento parcial. Nova determinação e recomendação. Decisão nº 3.973/2014. Não atendimento. Pela consulta ao GDF sobre intenção de continuidade da PPP.

Senhor Diretor,

Estes autos trataram, inicialmente, do exame formal da futura licitação para outorga de Parceria Público Privada - PPP, na modalidade de concessão administrativa, para a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com a execução de obras de infraestrutura, incluindo sistemas de tratamento e disposição final, no limite territorial do Distrito Federal, com base nas especificações expressas nas minutas de edital e do contrato (fls. 236 a 251 do anexo XIII e 1 a 30 do Anexo XIV).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



2. Na última decisão dos autos (Decisão nº 3.973, de 14/8/2014, às fls. 329), esta Corte se pronunciou como a seguir:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do Ofício nº 950/2014-GAB/SEG e anexos; II – considerar, em relação à Decisão nº 2.345/2014: a) não atendido o item II; b) satisfatoriamente atendido o item III; III – determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEG/DF que, tão logo conclua a reforma do Projeto de PPP dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal, envie a esta Corte de Contas as informações requeridas no item II da Decisão nº 2.345/2014; IV – recomendar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEG/DF que: a) nos novos estudos da PPP dos resíduos Sólidos, considere a compatibilidade com a Lei nº 4.704/11 (Dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos e dá outras providências); b) leve em consideração e adote as medidas que entender necessárias acerca do consignado pelo Ministério Público junto à Corte no Parecer nº 716/2014-MF, quanto ao item III.f da Decisão nº 2.345/2014;

3. A Secretaria de Estado de Governo tomou ciência da decisão retro em 28/8/14, por intermédio do Ofício nº 7378/2014-GP (fls. 2330).

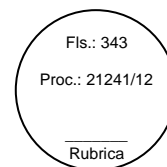
4. Em 29/10/14, a Secretaria de Acompanhamento expediu Ofício de Diligência Saneadora nº 386/2014 – DS/SEACOMP (fls. 331), solicitando informações, em 10 (dez) dias, acerca do atendimento da Decisão nº 3.973/2014. Essa correspondência foi recebida pela Secretaria em 31/10/2014 (fls. 331).

5. A SEG protocolou nesta casa o Ofício nº 1498/2014-GAB/SEGOV e anexos, em 7/11/14 (fls. 332 a 338), logo, tempestivamente (*vide* parágrafo anterior), no qual informou que não houve progresso nos estudos da PPP dos resíduos Sólidos.

6. Considerando a mudança de governo, a Comissão Técnica Permanente de PPPs desta Corte resolveu aguardar a manifestação do novo Executivo, observando-se, ainda, que não havia limite de interstício temporal para atendimento da Decisão nº 3.973/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



7. Conforme ata de 9/4/15, o Conselho Gestor de PPPs do DF revogou suas resoluções de nºs. 58/2012 e 65/2013 que tratavam, nesta ordem, da aprovação dos estudos e autorização para realização de licitação da PPP dos Resíduos Sólidos (DODF nº 78, de 23/4/15, p. 5/6, fls. 339/340).

8. Até a presente data, não houve mais manifestação do Governo do DF a respeito, embora se saiba, pela imprensa, que há interesse em desenvolvimento de projetos de PPPs.

9. Acreditamos que, para o Controle Externo, o momento é de solicitar informações sobre o interesse do governo em continuar com esse projeto, visto que revogou a autorização para abertura do processo licitatório (não faz mais sentido cobrar o atendimento da Decisão nº 3.973/2014).

10. A resposta do GDF, via Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável¹, permitirá o arquivamento ou não dos presentes autos.

11. Diante do exposto, sugere-se ao Tribunal que:

I. Conheça:

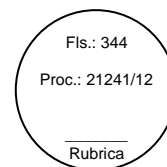
- a) do Ofício nº 1498/2014-GAB/SEGOV e anexos;
- b) do documento de fls. 339/340;

II. Considere prejudicado o atendimento da Decisão nº 3.973/2014, tendo em vista a revogação da Resolução nº 65/2013 do Conselho Gestor de PPPs do DF, que autorizava a abertura do processo licitatório da PPP dos Resíduos Sólidos;

¹ Segundo ata de reunião do Conselho Gestor de PPPs, a Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável assumiu a responsabilidade pelo acompanhamento dos projetos de PPPs (DODF nº 78, de 23/4/15, p. 5/6, fls. 339/340)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- III. Determine à Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável que informe a esta Corte, em 15 (quinze) dias, se há interesse do governo do Distrito Federal em implementar o projeto de PPP dos Resíduos Sólidos;
- IV. Autorize:
- a) o arquivamento dos autos pela Secretaria de Acompanhamento, após o atendimento do tópico III anterior e verificado o desinteresse do GDF pela continuidade da PPP dos Resíduos Sólidos;
 - b) O retorno dos autos a esta Secretaria para os fins pertinentes

À superior consideração

ORIVAM IBIAPINA DA SILVA
ACE – Mat. 568-1